

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 78ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 05 de setembro de 2016

Ao quinto dia do mês de setembro do ano de 2016, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Septuagésima Oitava Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, e com as presenças da Excelentíssima Senhora Vice Prefeita de Santo André, OSWANA FAMELI, da Prefeita em exercício de Diadema, SILVANA GUARNIERI, do Prefeito de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Ausentes os prefeitos dos municípios de São Caetano do Sul, PAULO PINHEIRO, de Mauá, DONISETTE BRAGA, e de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES. Presentes também os assessores regionais de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, dá início à pauta, com o primeiro ponto que se referiu ao COMITÊ DE PROGRAMA DRENAGEM – Apresentação final do Plano Regional de Drenagem. O Secretário Executivo cumprimenta a todos e informa que temos hoje a participação dos Conselheiros que assumem o novo mandato do Conselho Consultivo. Iniciando a apresentação do coordenador do Comitê de Programa Drenagem, convida o Sr. Flavio Casarini para iniciar sua apresentação. Com a palavra, Flavio Casarini inicia sua apresentação com os resultados, em sua versão final, do “Estudo Regional de Planejamento Estratégico da Macrodrenagem e Microdrenagem do Grande ABC” que prevê 259 intervenções nas sete cidades, e que demandam um aporte estimado em R\$ 2,9 bilhões (Quadro 1 adiante). O estudo foi elaborado pela empresa KF2 Engenharia, presente também o Sr. Fausto Batista, diretor da KF2 Engenharia. Flavio Casarini relembra que o estudo foi contratado em junho de 2015, sendo uma das ações prioritárias do Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014/2017 da entidade regional. A primeira versão do estudo foi divulgada em julho, passando posteriormente por revisão de técnicos do Consórcio e das sete prefeituras. Concluído, o trabalho beneficia todas as cidades da região, incluindo as que não tinham planos municipais de drenagem. O plano é regional e projetado para um horizonte de 20 anos, que possibilita uma visão integrada da drenagem do ABC. Com a palavra, o Sr. Fausto Batista inicia a apresentação com relação aos resultados. Informa que foi possível atingir todos os objetivos do contrato, e o estudo fornece às sete cidades informações sobre as obras necessárias a serem executadas e a localização das mesmas, assim como o custo para sua realização. O plano contém uma simulação hidrológica e hidráulica de todos os municípios pertencentes ao Consórcio e permite a homogeneidade dos dados de drenagem urbana; apresenta mapas temáticos e um banco de dados regional; contempla uma análise técnica dos estudos desenvolvidos para a região, especialmente do PDMAT-3 de âmbito estadual; e considera seis diferentes critérios de priorização das medidas. Por meio destes dados é possível montar processos para obtenção de recursos, contratação dos projetos básicos e executivos, contratação de obras, além de respostas claras aos cidadãos sobre o tema. Entre as 259 medidas estruturais propostas, o plano aponta a necessidade de 137

quilômetros de redes de galerias ou canais, e mais de 6 milhões de m3 de armazenamento em reservatórios, os chamados piscinões.

MUNICÍPIO	QUANT. DE MEDIDAS	MICRODRENAGEM	MACRODRENAGEM
SANTO ANDRÉ	49	4	45
SÃO BERNARDO DO CAMPO	61	46	15
SÃO CAETANO DO SUL	8	6	2
DIADEMA	34	23	11
MAUÁ	30	13	17
RIBEIRÃO PIRES	53	28	25
RIO GRANDE DA SERRA	24	9	15
TOTAL	259	129	130

Quadro 1: Número de medidas necessárias por município.

Resumo dos investimentos por município

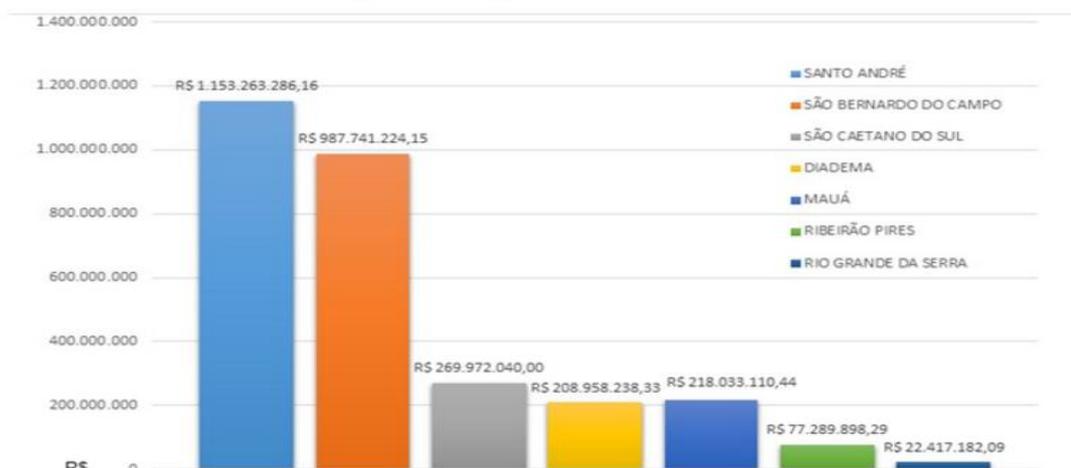


Gráfico 1: Investimentos estimados por município.

A medida de maior impacto regional proposta pelo plano é a construção do Piscinão Jaboticabal, nas proximidades da Rodovia Anchieta e na confluência entre os ribeirões dos Couros e dos Meninos, na divisa entre São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Paulo. O custo de implantação é estimado em R\$ 392,8 milhões, beneficiando 931,9 mil habitantes da região. Além do Piscinão Jaboticabal, as principais obras elencadas no estudo, por município, incluem ainda o do Córrego Cassaquera, em Santo André, com investimento de R\$ 55,3 milhões e benefício a 379 mil pessoas; a canalização aberta do Córrego dos Meninos, em São Caetano do Sul (R\$ 139 milhões e benefício a 140 mil pessoas); o reservatório da Avenida Fundibem, em Diadema (R\$ 62,3 milhões e 328,7 mil habitantes beneficiados); o reservatório da Rua Alfredo Sebastião da Silva, em Mauá, com custo previsto de R\$ 7,7 milhões e 433,3 mil habitantes beneficiados; Em outros municípios, o impacto das intervenções será local, como no reservatório da Rua Pedro Rípoli, em Ribeirão Pires, com custo previsto de R\$ 18,4 milhões e melhoria para mais de 44 mil pessoas; e no reforço estrutural de travessia da Rua Prefeito Cido Franco, em Rio Grande da Serra, com custo de R\$ 846 mil e benefício para 2,1 mil habitantes. O estudo será agora enviado aos

representantes do governo estadual, como o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), para conhecimento do trabalho. Com a palavra o Presidente Luiz Marinho pergunta se alguém tem alguma dúvida, não havendo manifestação. Em seguida o Presidente diz que o plano permite olhar para o futuro da região, dando condições para os próximos mandatários terem um ponto de partida para investimentos em drenagem urbana, e ressaltando que resolver o problema das enchentes requer grandes intervenções. Com o plano, os prefeitos poderão, ao tomar uma decisão sobre um investimento de grande impacto, consultar uma prateleira de projetos que podem ser realizados conforme o orçamento da região ou por meio de captação de recursos. Com a palavra o Secretário Executivo informa que os quesitos das garantias, foram feitas duas reuniões com o BID, que procurou o Consórcio para analisar a perspectiva de financiar projetos regionais. Relata que Consórcio e BID devem programar uma oficina técnica bilateral, provavelmente em novembro, para que o BID avalie a possibilidade de apoiar projetos intermunicipais ou regionais, e também pensando na estruturação de garantias regionais. O ponto seguinte da pauta se refere ao CONSELHO CONSULTIVO, com a posse dos novos conselheiros da sociedade civil, cujo mandato vai até agosto de 2018. O Secretário Executivo convida para a mesa principal os novos membros do Conselho Consultivo da entidade regional, constituído por representantes da sociedade civil para o período 2016-2018. Reforça que o Conselho Consultivo pode propor planos e programas de acordo com as finalidades do Consórcio, sugerir melhorias e recomendar a elaboração de estudos e pareceres sobre as atividades desenvolvidas pela entidade regional. O Conselho é composto por representantes de entidades civis, legalmente constituídas, com sede ou representação nos municípios consorciados. O mandato dos novos membros do Conselho Consultivo do Consórcio se estende até agosto de 2018. O Presidente empossa os novos membros: no segmento Instituições de Ensino Superior o professor Fábio Josgrilberg, da Universidade Metodista (titular) e o professor Jeroen Klink, da Universidade Federal do ABC (suplente). No segmento dos Sindicatos, o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como titular, e Raimundo Souza Suzart Lima, do Sindicato dos Químicos, como suplente. Para o segmento empresarial, foram empossados Evenson Robles Dotto, da Associação Comercial e Industrial de Santo André, como titular, e Donizete Duarte da Silva, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP Diadema), como suplente. Na Sociedade Civil, tomaram posse como titulares Edson Carvalho, da Associação de Presbiterianos para Inclusão Social Comunitária em Defesa da Vida (Aprisco); Joana Darc Pereira, da Cooperativa Central de Catadores de Materiais Recicláveis do Grande ABC (Coopcent ABC); e Marcelo Pedro Monteiro, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os suplentes do segmento são: Luiz Alberto Abarca Ferrarezi, da União dos Escoteiros do Brasil; Luiz Augusto Moretti, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC; e Ronaldo Queródia, do Instituto Acqua. O presidente deseja boas vindas e agradece a disponibilidade dos novos conselheiros em colaborar com as atividades da entidade, e os declara empossados. Com a palavra o Sr. Ronaldo Queródia, fala em nome dos conselheiros, declarando que a iniciativa do Consórcio de constituir seu Conselho Consultivo é fundamental para o fortalecimento do processo diante de um momento complicado para o exercício da cidadania e para a garantia dos direitos democráticos. Em seguida o Presidente encerra o ato de posse agradecendo a todos e convidando para que permaneçam na Assembleia.

O ponto seguinte se referiu ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, para conhecimento do calendário de atividades vinculadas ao CDM e à elaboração do PDUI (Plano Diretor Metropolitano). Com a palavra o Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, relata que no dia 28 de setembro a entidade regional sediará a segunda oficina regional para discutir temas relevantes para as sete cidades dentro do processo de elaboração do PDUI. O evento tem como objetivo a elaboração de um caderno para subsidiar as audiências públicas regionais previstas para novembro. Neste momento, as grandes discussões no âmbito metropolitano dizem respeito a como se dará a participação da sociedade civil no processo. Lembra a todos os presentes que, por determinação do Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal nº 13.089/2015), todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras devem desenvolver, até janeiro de 2018, os seus respectivos planos (PDUIs). Além disso, os planos diretores dos municípios que integram as regiões metropolitanas deverão se adequar posteriormente às suas diretrizes. Informa que na pasta entregue aos Prefeitos consta o texto síntese do caderno de propostas e o texto com a proposta de uma nova estrutura de governança interfederativa para a Região Metropolitana de São Paulo. Apresenta também o calendário de atividades preparadas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, com destaque para a preparação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Grande São Paulo, que inclui oficinas e audiências públicas com a sociedade civil até o fim de 2016. A reunião prossegue com o tema referente ao PROGRAMA DE REMOÇÕES PREVENTIVAS, destacando-se o balanço e providências para continuidade da remoção de moradias em áreas de risco. Com a palavra a coordenadora de programas e projetos do Consórcio, Sra. Sandra Malvese, inicia sua apresentação sobre o balanço do programa de remoções preventivas, lembrando que a iniciativa propôs, de forma inédita no país, a retirada das famílias antes da ocorrência de desastres comuns ao período de chuvas de verão. Das 630 moradias apontadas como em risco iminente no ABC que fizeram parte do Programa de Remoções Preventivas do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 553 famílias foram removidas até o final de agosto de 2016, alcançando 87,8% do total proposto, sendo que 54 famílias foram atendidas em solução habitacional definitiva até o momento (Quadro 2 adiante). Entre as ações do programa incluem-se: a concessão de auxílio aluguel para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo (limitado a 36 meses); a recuperação das áreas, com demolição, limpeza, revegetação e fiscalização para evitar novas ocupações; a produção de unidades habitacionais para atendimento habitacional definitivo das famílias cujas moradias forem removidas. As próximas tratativas junto ao governo estadual devem considerar a necessidade de prorrogação do convênio, que tem previsão de término em 13/05/2017, para o atendimento habitacional definitivo. Em relação a isso, o Consórcio fez o balanço atual de todos os próximos passos, a partir de quatro questões encaminhadas aos municípios: 1. Balanço das remoções e população atendida, 2. Solução habitacional definitiva e estágio atual, 3. Necessidade/possibilidade de prorrogação do Convênio, 4. Remoções em área de risco realizadas após janeiro de 2014, não cobertas pelo Convênio. Nem todos os municípios responderam todas as perguntas, mas observou-se que o número de moradias aumentou e que os municípios precisariam pelo menos de mais 24 meses para completar as remoções.

PLANILHA SÍNTESE – REMOÇÕES PREVENTIVAS

Atualização 31 de agosto de 2016

Município	nº de notificações realizadas	nº de remoções realizadas	nº total de remoções conforme Termo de Cooperação acordado com o Governo Estadual	Número de remoções pendentes	Famílias já atendidas em solução habitacional definitiva*
Santo André	322	319 (ver obs p. 10)	322	3	18
São Bernardo do Campo	63	63	63	0	1
Diadema	37	32	37	2 (ver obs p. 18)	7
Mauá	145	108	145	37	28
Ribeirão Pires	32	20	33	13	
Rio Grande da Serra	29	11	30	19	
TOTAL Grande ABC	628	553	630	74	54

Quadro 2: Remoções realizadas, remoções pendentes e atendimento definitivo.

* 16 remoções sob responsabilidade do CDHU

** 3 notificados desistiram do benefício

O Presidente reforça que com essa ação conseguimos zerar o número de vítimas de deslizamentos no período de chuvas, e considera que dois anos podem ser ainda insuficientes para a resolução, destacando que o processo está orientado para a proteção da vida e a solução definitiva do problema de moradia das famílias removidas. O Secretário Executivo informa que já foi feito o contato com a Secretária de Habitação do Estado para solicitar uma reunião específica sobre a prorrogação do acordo. Deliberação: os prefeitos decidiram iniciar as tratativas para prorrogar, por mais 36 meses, o convênio pelo qual o governo do Estado assumiu compromisso de arcar com 50% do auxílio-aluguel para as famílias afetadas. Dando sequência à pauta, o Secretário Executivo informa que os prefeitos assinaram a Resolução Plenária nº 01/2016, que dispõe sobre a criação e composição da Subcomissão P2R2/ABC, a Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos da Região do Grande ABC, visando à construção de uma gestão regional dos riscos e desastres ambientais e urbanos com definições especificamente voltadas às atividades de produção, armazenamento, manipulação, distribuição e destinação de produtos químicos, estabelecendo protocolos de manejo de desastres e agindo de forma integrada e articulada para a minimização dos impactos das ocorrências. Assinaram também a Portaria nº 30/2016, de nomeação dos membros que compõe a Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos da Região do Grande ABC – SRP2R2/ABC, que conta com representantes

indicados do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros, das polícias Ambiental e Rodoviária Federal e Estadual, do Comitê de Fomento Industrial do Polo Grande ABC (Cofip), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dos Grupos de Trabalho (GTs) Defesa Civil, Mobilidade Urbana, Segurança Pública, Meio Ambiente e Saúde, entre outros. Na sequência a coordenadora do GT Defesa Civil, Débora Diogo, ressalta que, devido ao perfil industrial da região, existe um intenso transporte de produtos químicos nas vias do ABC. O próximo passo da Subcomissão é o preparo e qualificação de todas as equipes técnicas envolvidas na prevenção e resposta a desastres. É um ganho para a região, beneficiando também o atendimento à população. Deliberação: os prefeitos assinaram a Resolução Plenária 001/2016 e a Portaria nº 30/2016. Em continuidade, a coordenadora de programas e projetos do Consórcio, Sra. Sandra Malvese, informa que com relação aos projetos do PAC Mobilidade, estamos com 21 novos projetos em elaboração com recursos do PAC Mobilidade repassados à entidade. Os projetos funcionais, que consistem nas diretrizes principais dos traçados das futuras intervenções na região, seguem em fase final. Programada inicialmente para conclusão ainda neste mês, essa etapa antecede o desenvolvimento dos projetos básicos que, pelo cronograma, serão elaborados até setembro de 2017, quando será feita a última revisão e entregue os projetos funcionais. Logo após será iniciado o desenvolvimento dos projetos básicos e a definição dos projetos prioritários. O Secretário Executivo ressalta que o Consórcio vem recebendo do Ministério das Cidades os repasses previstos e referentes ao PAC Mobilidade, e lembra que existe também o projeto de Centro de Monitoramento Regional com síntese de projeto pendente para assinatura do novo ministro, que faz parte dos recursos já aprovados anteriormente no governo Dilma Rousseff. Em relação à continuidade da Campanha Travessia Segura, Sandra Malvese informa que recebemos dados recentes do Comando de Policiamento Militar da Região do ABC (CPA-M6), que demonstra a redução dos acidentes de trânsito da região. A queda, entre 2012 e 2015 foi de 38,1% nos casos envolvendo acidentes de trânsito com e sem vítimas e atropelamentos (Quadro 3 adiante). O material está na pasta dos prefeitos. Iniciada em dezembro de 2011, a Travessia Segura é um programa que deve ser trabalhado a longo prazo, com ações constantes, priorizando o pedestre por ser o ente mais vulnerável no sistema de mobilidade e alertando o motorista para sua responsabilidade na prevenção e redução de acidentes. O objetivo da iniciativa é estimular a mudança de comportamento da população e implantar o gesto de estender o braço nas travessias sem semáforo. Ressalta a sinalização viária como uma das frentes da campanha Travessia Segura, os números do levantamento são significativos, mas ainda altos. Nos próximos passos teremos novas ações diante de escolas entre 31 de outubro e 18 de novembro, com o personagem da campanha, Mister Mão, nas principais travessias não semaforizadas da região. O Presidente considera que estamos no caminho certo, mas ainda distantes do ótimo. A continuidade das ações é importante, assim como as cidades precisam melhorar as condições de sinalização nas faixas de pedestres. Os números refletem avanços na segurança viária, incluindo os trabalhos educativos e de conscientização realizados durante a campanha.

Acidentes de trânsito – ABCDMRR									
Tipo de Acidente	2012	2013	2014	2015	2016*	Total	Redução 2012/2015	Redução 2014/2015	
Sem vítimas (A)	19395	16018	13124	11396	5723	65656	41,24%	13,17%	
Com vítimas (B)	6467	5689	4951	4542	2539	24188	29,77%	8,26%	
Atropelamentos (C)	1625	1390	1230	1079	621	5945	33,60%	12,28%	
Vítimas - Lesão	6650	5880	5139	4664	2481	24814	29,86%	9,24%	
Vítimas fatais	62	62	60	57	22	263	8,06%	5,00%	
Vítimas de atropelamento	1731	1506	1260	1155	669	6321	33,28%	8,33%	
Total de acidentes (linhas A, B e C)	27487	23097	19305	17017	8883	95789	38,09%	11,85%	

Quadro 3: Acidentes de trânsito no período 2012/2016 (* Dados até julho de 2016).

Fonte: Comando de Policiamento Militar da Região do ABC (CPA-M6).

A assembleia prossegue com a retificação e ratificação do orçamento para o exercício 2017, em função de questionamentos levantados pelos secretários de finanças de Diadema e São Caetano do Sul em relação ao quadro apresentado na assembleia anterior. Sendo assim, o valor global retificado será de R\$ 26.654.436,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais) distribuídos pelos municípios conforme estabelecido no Quadro 4 apresentado a seguir. Na assembleia de novembro será apresentada a proposta orçamentária com a alocação de recursos por programa do PPA regional.

	Valores Arredondados*	
	Total 2017	Parcelas
Santo André	5.595.372,00	466.281,00
São Bernardo do Campo	10.847.820,00	903.985,00
São Caetano do Sul	3.541.140,00	295.095,00
Diadema	3.334.092,00	277.841,00
Mauá	2.634.864,00	219.572,00
Ribeirão Pires	475.284,00	39.607,00
Rio Grande da Serra	225.864,00	18.822,00
	26.654.436,00	2.221.203,00

*Valores arredondados para possibilitar o valor exato de parcelas iguais e consecutivas

Quadro 4: orçamento referente aos recursos próprios com repasses dos municípios ao Consórcio.

Deliberação: os prefeitos ratificaram o orçamento anteriormente aprovado, considerando a retificação e valores apresentados no quadro acima, por município.

Em seguida, a Prefeita em exercício de Diadema, Sra. Silvana Guarnieri, solicita a palavra e informa que o município tem uma nova proposta para sanar a dívida de Diadema com o Consórcio, iniciando-se o pagamento das parcelas em dezembro de 2016. O Presidente Luiz Marinho considera que essa proposta não atende ao

imperativo básico de se iniciar a quitação de imediato, lembrando que Diadema tem apresentado uma série de propostas de parcelamento dos débitos ao longo dos últimos dois anos que não são cumpridas, e cabe rever a posição do município. Lembra que a Prefeitura de Diadema poderia estar sujeita a penalidades administrativas previstas no estatuto, como foi alertado pela Diretoria Jurídica do Consórcio, e que o prefeito de Diadema também poderá sofrer questionamentos futuros dos órgãos de controle por não ter cumprido com os contratos de rateio. A Prefeita Silvana Guarnieri se dispõe a retomar o tema internamente ao município. Por fim, o Secretário Executivo passa aos informes e agenda futura, relatando os seguintes eventos programados: Próximas Assembleias: 07/11 e 05/12, destacando que devido ao calendário eleitoral não haverá assembleia no mês de outubro; Abertura da Campanha Outubro Rosa: 05/10 (à noite), na sede do Consórcio; GT Direitos Humanos: Formação Regional sobre Direitos Humanos para Servidores Públicos do ABC, de 19/08 a 14/10; Grupo Temático Pessoa Idosa: Formação Regional Gerontológica com o tema "A Humanização da atenção à pessoa idosa", de 22/09 a 24/11 (todas as quintas-feiras), no auditório. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12 horas, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 05 de setembro de 2016.

Prefeitos presentes na 78ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIZ MARINHO

Presidente

Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

OSWANA FAMELI

Vice Prefeita de Santo André

SILVANA GUARNIERI

Prefeita de Diadema em exercício

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA

Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI

Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 78ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.